# A Crise da UERJ e a Cumplicidade Midiática na Produção de Subjetividades Neoliberais[1]

Allan SANTOS
Tatiane BOMFIM[2]
Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

**Resumo**
O artigo analisa o modo como dois dos maiores jornais diários brasileiros – "O Globo" e a "Folha de São Paulo" – valem-se de estratégias retóricas para a midiatização do desmonte do ensino superior gratuito e apresentam a privatização do setor educacional brasileiro como solução lógica para a incapacidade do Estado de gerir os serviços públicos essenciais. Seria a substituição do Estado no exercício de suas funções básicas de cidadania o melhor caminho a ser seguido para solucionar a atual crise brasileira? A partir da análise das notícias sobre a crise enfrentada pela UERJ desde 2015, conclui-se que o tratamento dado por esses veículos de comunicação, aproxima-se de um modelo de enquadramento noticioso hegemônico (GITLIN, 2003), que funciona em um processo de cumplicidade midiática com o capital para a produção de subjetividades neoliberais.

**Palavras-chave**: cidadania; educação; midiatização; neoliberalismo; crise da UERJ.

## Introdução

Esse artigo analisa a crise das universidades públicas brasileiras e o avanço de políticas neoliberais no setor educacional que, em consonância com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação, têm contribuído para o crescimento quantitativo de entidades privadas de ensino superior no país. Partimos da hipótese de que o enfraquecimento das políticas públicas educacionais em decorrência da atual crise econômica e política, associado a discursos antipolíticos midiatizados e estrategicamente canalizados em um sentimento anti-Estado generalizado, tem favorecido a presença do capital financeiro como um agente provedor de ensino e funcionado como um dispositivo narrativo que visa a produção e consolidação de subjetividades neoliberais no país. Suspeita-se que a precarização do ensino universitário seja uma das brechas de inserção da iniciativa privada global no setor educacional brasileiro, formando profissionais e constituindo uma clientela para suas práticas e interesses. Até que ponto o desmonte do Estado Mínimo na educação não estaria sendo utilizado como uma estratégia retórica para a privatização do ensino superior brasileiro, contribuindo para o agenciamento dos afetos

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Mestrandos de Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO – UFRJ)

e imaginários em favor de uma lógica mercadológica que visa transformar o ensino de um bem comum em um bem de serviço?

Parcerias entre governos e empresas privadas para a capacitação de alunos da rede pública, autorização do Supremo Tribunal Federal – STF para que universidades públicas possam cobrar por especialização, extinção do Ciência Sem Fronteiras, cancelamento do PRONATEC (que deixou de atender 2 milhões de brasileiros), supressão do Fórum Nacional de Educação e a imposição de uma reforma do Ensino Médio que privilegia a educação privada (desrespeitando um trabalho de mais de 2 anos do Movimento pela Base Curricular Comum) são algumas das práticas que mapeiam a tendência de ampliação da participação de instituições privadas nas ações e definições de políticas públicas na educação.

Este trabalho investiga o movimento histórico de desmonte da educação pública brasileira e de produção midiática de subjetividades neoliberais a partir da análise das dificuldades enfrentadas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ desde 2015 causadas, dentre outros motivos, pela falta de repasses de verbas do Governo deste Estado. Segundo Marilena Chauí, os problemas da UERJ vão muito além da relação atual com o governo do Estado. "A crise nas universidades é resultado do avanço neoliberal e da entrada da iniciativa privada internacional no mercado brasileiro"[3].

## Metodologia

Segundo Luana Banone, para estudar a relação entre jornalismo e disputa de ideias, a Análise de Enquadramento (*Frame Analysis*) foi identificada como um instrumento atual e complexo que oferece uma ampla gama de opções metodológicas para que o próprio pesquisador estruture sua proposta de investigação. Essa metodologia pode possibilitar a compreensão do processo de produção de notícias por veículos de comunicação e a sua relação com a construção de visões de mundo que atendam a interesses de grupos específicos. "Longe de serem vistos como práticas inocentes, portanto, os enquadramentos são também considerados instrumentos de poder responsáveis pela construção e manutenção da hegemonia dos modelos econômicos e políticos dominantes (GITLIN; PORTO apud SILVA; JERONYMO, 2017, p. 120). Isto posto e uma vez definido o objetivo e a hipótese centrais do artigo, a metodologia de

[3] RODRIGUES, Fania. **Marilena Chauí: "Universidades Devem Entender que Fazem Parte da Luta de Classes".** Brasil de Fato, 04 de abril de 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/04/04/marilena-chaui-universidades-devem-entender-que-fazem-parte-da-luta-de-classe/. Acesso em: 26 de maio de 2017

pesquisa foi desenhada com base em dois trabalhos publicados em revistas acadêmicas brasileiras que utilizam o conceito de enquadramento para investigações no campo da Comunicação[4] [5].

De forma sistemática, a principal referência teórica do conceito de enquadramento nas Ciências Humanas é Erving Goffman (1974). Alguns teóricos se apropriaram e passaram a trabalhar com o conceito no campo da Comunicação, sendo a socióloga Gaye Tuchman a primeira a propor que as notícias carregam em si enquadramentos que definem e constroem a realidade a partir de uma "ação negociada": o que noticiar, como, quando, onde, com que fontes, etc. (BONONE, 2016, p. 80). Posteriormente, Todd Gitlin apresentou uma definição mais sistemática de enquadramentos de mídia como padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, pelos quais manipuladores de símbolos rotineiramente organizam discursos, sejam verbais ou visuais (SILVA; JERONYMO, 2017, pp. 119-120). A partir de uma abordagem política para explicar o que é ou não notícia, o autor explicita a noção gramsciana de hegemonia para cunhar o termo "enquadramento hegemônico". Para o sociólogo norte-americano, os enquadramentos noticiosos hegemônicos são utilizados pelos mantenedores dos meios de comunicação para assegurar a manutenção do sistema político e econômico dominante do qual eles mesmos são parte (ibid., p. 120).

No campo dos estudos do jornalismo, autores como Traquina (2008) e Wolf (2003) tratam as estratégias argumentativas típicas da retórica no interior do escopo conceitual dos "valores-notícia de construção". Foi, portanto, identificado que as categorias estabelecidas por esses autores, tais como relevância, simplificação, dramatização, personalização e amplificação, atendem às necessidades e aos questionamentos da investigação proposta. Também interessa para a pesquisa identificar os processos utilizados pelos veículos de comunicação para a seleção de fontes e a hierarquização de informações. Para o escopo dessa pesquisa, a análise de enquadramento noticioso se apresenta como a mais adequada (em detrimento do enquadramento interpretativo). O método de análise das reportagens e editoriais será a análise qualitativa dos textos, compreendida aqui como leituras críticas do significado das mensagens, a fim

[4] BONONE, Luana Meneguelli**. Construção de Método para Pesquisas de Frame Analysis**. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 13 Nº 2, Julho a Dezembro de 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n2p78. Acesso em: 13 de julho de 2017.

[5] SILVA; JERONYMO. **Estratégias de Retórica e Enquadramento na Cobertura do Segundo Mandato de Dilma Rousseff pelas Revistas Semanais Brasileiras**. In: Revista Compolítica. Vol, 7(1), pp. 107-128. Disponível em: http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/273/189. Acesso em: 13 de julho de 2017.

de verificar o modo como os dois jornais analisados pela pesquisa estabeleceram as suas estratégias retóricas na construção e na formatação dos seus conteúdos noticiosos.

Finalmente, as unidades de análise serão notícias e editoriais publicados sobre a crise da UERJ pelos jornais "O Globo" e "Folha de São Paulo". Esses jornais foram escolhidos por serem dois dos maiores jornais do Brasil[6] e, portanto, se colocam como formadores de opinião ao assumirem posicionamentos frente à agenda política do país. Primeiramente, para a análise da midiatização do desmonte do ensino superior público gratuito foram considerados editoriais e opiniões publicados pelos jornais durante junho de 2016 e junho de 2017. Em seguida, para a análise do enquadramento noticioso dado à crise da UERJ, foram consideradas as notícias publicadas sobre o tema de 24 de março de 2017 (data em que o Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, defendeu o corte de salário dos professores e funcionários da UERJ que não estivessem trabalhando) até 06 de julho de 2017 (data em que os docentes da UERJ se reúnem em assembleia e decidem que entrarão em greve no dia 01 de agosto). Com a identificação de um *corpus* volumoso, optou-se por identificar quatro eventos-chave durante o recorte temporal estipulado, perfazendo um total de 28 conteúdos noticiosos (sendo 19 do jornal "O Globo" e 09 da "Folha de São Paulo") que foram qualitativamente analisados de acordo com os critérios definidos por Traquina (2008) e Wolf (2003).

## Educação como Preparo para o Exercício da Cidadania

A Constituição Federal de 1988 é o conjunto de normas que regula o Estado Brasileiro. Além de estabelecer quais são as funções e competências dos diferentes órgãos e poderes do Estado, a Constituição também estabelece objetivos (artigo 3) a serem alcançados pela sociedade como um todo, estabelecendo quais são as responsabilidades do Estado para que tais objetivos sejam alcançados. Para realizar estes objetivos mais amplos, a Constituição assegura em seu artigo 6 a educação, dentre outros elementos, como um direito social. Portanto, é responsabilidade do Estado garantir o direito social à educação; direito este que pode e deve ser exigido dos órgãos competentes quando o mesmo for violado ou desrespeitado. Mais à frente, o Capítulo III, Seção I (artigos 205 – 214) trata exclusivamente sobre a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

[6] Fonte: Associação Nacional de Jornais. Disponível em: http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/. Acesso em: 13 de julho de 2017

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho[7].

Fica explícito no texto constitucional que a educação tem como objetivo o pleno desenvolvimento das capacidades humanas e o preparo dos indivíduos para o exercício da cidadania. Segundo Muniz Sodré, a educação pode ser algo radicalmente humano no homem. Ela é o lugar habitual da linguagem de continuidade e expansão do grupo humano, que associamos à ética e à cultura, incitando continuamente a consciência a ir além do social ao pé da letra, isto é, além da sociedade em sua repetição compulsiva do societário, que é sua própria forma previsível e administrável. Por mais que a organização social e suas instituições derivadas tentem conter o processo educacional nos limites dados pelo funcionamento econômico e político da sociedade centrado na repetição da igualdade de si mesmo, parece haver algo que se ignora e que convida o pensamento a ir além (SODRÉ, 2012, p 12).

Pensar na educação como produção de espíritos críticos e emancipação das consciências é propor mecanismos de superação dos determinismos cotidianos, tornando possível que os indivíduos formem, ao longo do tempo, as suas próprias concepções e visões de mundo. Conforme afirma Paulo Freire (1996), ninguém é sujeito da autonomia de ninguém, por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma "pedagogia da autonomia" tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade.

Segundo Marilena Chauí, o papel da universidade é ser uma parte da luta de classes. A universidade não pode ser apenas um lugar que reflete sobre a luta de classes. Ela tem que compreender que é parte dessa disputa, seja pelo seu alunado, pela divisão entre seus professores, pelo papel das administrações e burocracias, que operam muitas vezes a favor da classe dominante. De acordo com a filósofa brasileira, somos parte da luta de classes e somos obrigados, como instituição de ensino, a entender esse papel que desempenhamos na sociedade. Todo e qualquer projeto educacional na contemporaneidade precisa pensar em sintonia com as exigências impostas pela tecnologização do mundo e as injunções do mercado global, possibilitando aos cidadãos

[7] Direito à Educação e Acesso à Justiça. Disponível em: http://www.direitoaeducacao.org.br/constituicao-federal/. Acesso em: 14 de julho de 2017.

contornarem "as pretensões monoculturalistas de uma verdade universal ou de apontar horizontes humanos além das leis do capital e seu mercado de leis, serviços e trabalho" (ibid., p. 14).

**Crise do Projeto Educacional-Cidadão Brasileiro**

Segundo Chauí, o modelo da universidade pública no Brasil começou a entrar em crise ainda na ditadura militar quando as bases curriculares foram reformuladas, tornando as universidades funcionais, puramente técnicas, para a formação de profissionais qualificados. Para Sodré, surge um novo tipo de burocratização universitária, em que o ensino que estimulava a pesquisa acadêmica e a busca de excelência perde lugar para as pesquisas no interior de um modelo tecnocientífico, caracterizado pelo predomínio da circulação e consumo do conhecimento sobre a produção (SODRÉ, 2014, p. 96).

Nessa concepção da educação instrumental e utilitarista, a escola é transformada em empresa e se desenha um novo modo de ser da atividade científica no qual a produção de reflexões ou de ideias é substituída pela produtividade numérica de artigos, contabilizada pela burocracia universitária e por agências de fomento. No que tange ao campo comunicacional, é muito frequente que jornalistas, publicitários, especialistas em *marketing* e outros tornados professores se atenham exclusivamente ao ensino de suas técnicas específicas, transmutadas em uma variedade de competências academicamente reproduzidas, sem qualquer exigência de articulação dos saberes parcelares com o estatuto do conhecimento implicado. Esta é a tônica das universidades privadas, antenadas basicamente com a satisfação profissional de sua clientela estudantil. "Onde não há espírito republicano, o estudante é cliente, e não sujeito a se iniciar na plena cidadania" (ibid., p. 97).

Supõe-se que os processos de desmonte da educação brasileira e de fortalecimento da presença do capital financeiro como um agente provedor de ensino se materializem através de dinâmicas de neutralização e modulação da diferença das multiplicidades e da repetição das formas de pensar, sentir e agir no mundo. De acordo com Leonardo Boff, o que agrava todo o processo educativo, hoje de dimensões globais e no contexto das diversidades culturais, é a vigência do pensamento único que possa garantir uma eficácia empresarial, competências, habilidades e destrezas (BOFF in SODRÉ, 2012, p. 8). Para Maurizio Lazzarato, essa perspectiva de um único mundo possível aprisiona a potência das multiplicidades. A partir de Foucault e Deleuze, o sociólogo e filósofo italiano conclui

que as instituições disciplinares exercem seu poder neutralizando a diferença e a repetição e sua potência de variação (a diferença que faz diferença), subordinando-a à reprodução. A educação instrumental e utilitarista enquanto uma tecnologia do biopoder tem como objetivo a gestão da vida e visa a reprodução das condições de existência de uma população. "Aquilo que é aprisionado é o fora. O que é enclausurado é o virtual, a potência de transformação, o devir" (LAZZARATO, 2006, p. 69).

No entanto, na contemporaneidade o controle se superpõe à disciplina e o agenciamento da diferença e da repetição não pode ser mais neutralizado, e sim modulado a partir da flexibilização da subjetividade. Suspeita-se que é através da ativação da dimensão comum dos julgamentos e da crença na incapacidade do Estado pelas tecnologias midiáticas e informáticas que o ensino passa a ser transformado de um bem público em um bem privado, naturalizando a entrada da iniciativa privada internacional no mercado educacional brasileiro. "Nas sociedades de controle, as relações de poder se expressam pela ação a distância de uma mente sobre a outra, pela capacidade de afetar e ser afetado dos cérebros, midiatizada e enriquecida pela tecnologia" (ibid., p. 76).

No campo acadêmico da comunicação, faz-se hoje uma distinção entre mediação e midiatização. A primeira é apropriada como categoria analítica privilegiada da sociologia da cultura por pesquisadores latino-americanos, com Jesus-Martin Barbero e Orosco Gómes, na qual uma imagem é algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento. Na última, a ontologia substancialista dessa correlação desaparece, e o indivíduo (ou o mundo) é descrito, ele próprio, como imagem gerida por um código tecnológico (SODRÉ, 2014, p. 108). A midiatiazação é uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo uma forma virtual ou simulativa de vida que Sodré define como *bios midiático* (ou *bios virtual*). Esse bios implica em um "fato social total" (que permeia as instâncias econômicas, políticas e culturais de uma sociedade), mas com duração continuada de uma forma de vida característica de um novo tipo de ordem social, ao qual a designação de "sociedade de controle" pode ser adequada (ibid., p. 143). Como essa descentração em rede afeta os papéis essenciais da nova geração de alunos e professores no meio da diversidade cultural brasileira? Qual é o papel que ocupa a importância da conquista do ensino superior gratuito nos dias atuais? Como acolher e envolver o ser e o estar no mundo?

**A Midiatização do Desmonte do Ensino Superior Público Gratuito**

O neoliberalismo é um projeto econômico criado por Milton Friedman e os "*Chicago boys*", tendo começado com o golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet no Chile em 1973, se fortalecido com a eleição de Margaret Thatcher para a chefia do governo do Reino Unido em 1979 e se consumado com a chegada de Ronald Reagan à Casa Branca na década de 1980 (HARDT; NEGRI, 2016, p. 291). Para Foucault, esse neoliberalismo americano busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos. No caso, a família e a natalidade ou a delinquência e a polícia penal (FOUCAULT, 1997, p. 96). "O plano fora criado para controlar a transição econômica global, do fordismo para o pós-fordismo, como afirmam certos economistas, ou de um paradigma centrado na produção industrial para outro centrado na produção biopolítica" (HARDT; NEGRI, 2016, p. 292). Na nova forma de produção, o capital precisa apreender as forças produtivas biopolíticas e os produtos imateriais se tornam predominantes, tais como as imagens, os códigos, os conhecimentos, os afetos, as relações sociais e as formas de vida. "O conhecimento já não é mais um meio para a criação de valor (em forma de mercadoria): a produção do conhecimento é ela mesma criação de valor" (ibid., p. 296).

Segundo Muniz Sodré, o *ethos* é o espírito que baseia a ética e, através da midiatização da vida, passa a ser diretamente influenciado pelas forças do mercado. Se o *ethos* midiatizado (agentes mercadológicos e políticos) é capaz de influenciar diretamente a organização do comum e a disputa de sentidos dos signos ideológicos, esses agentes são capazes de afetar o mundo das ideias e das subjetividades e, consequentemente, a realidade objetiva e material. Em uma sociedade neoliberal, esse processo é potencializado uma vez que o Estado perde a centralidade na administração dos bens públicos e passa a funcionar a partir da lógica de privatização das ferramentas com que se lida com o comum na contemporaneidade. A política deixa de ser um espaço de disputa para o bem público e passa a ser determinada pelos interesses mercadológicos e pela própria tecnologia.

No que tange à crise econômica e política brasileira atual, a midiatização do fim do ensino público superior gratuito e a penetração do capitalismo transnacional na esfera educacional são estampados nas manchetes dos principais jornais do país e, na maioria dos casos, dissemina-se a ideia de que o momento é apropriado para tais mudanças no

preparo para o exercício da cidadania. Conforme sugeriu o jornal "O Globo" em editorial publicado em 24 de junho de 2016, "o momento é oportuno para se debater a sério o ensino superior público pago. Até porque é entre os mecanismos do Estado concentradores de renda que está a universidade pública gratuita"[8]. O veículo de comunicação utiliza-se do discurso de que parte dos alunos que ocupa as vagas em cursos públicos tem condição de pagar pelo ensino que recebe e, portanto, seria para o bem da maioria pobre da população brasileira que a educação superior pública fosse privatizada. Em nenhum momento, é colocada em pauta a possibilidade de criação e desenvolvimento de outros mecanismos de combate à desigualdade nas instituições de ensino, que não prejudicassem a garantia de direitos fundamentais de cidadania, como o ensino gratuito de qualidade.

Ex-aluno da UERJ e Professor da instituição desde 1982, o ministro do STF Luís Roberto Barroso defende a necessidade de se pensar novas fórmulas para sustentar as universidades públicas, preferencialmente apelando para um modelo de financiamento privado. Segundo Barroso, a crise da UERJ revela não apenas a falência do Estado do Rio, mas também de um modelo de financiamento da universidade do Brasil. Para ele, é preciso conceber uma universidade pública nos seus propósitos, mas autossuficiente no seu financiamento, inspirado no modelo norte-americano. Em editorial de 22 de janeiro de 2017, o jornal "O Globo" afirma que as dificuldades enfrentadas pelos Estados brasileiros abalam as instituições públicas de ensino e, portanto, as estimulam a encontrar novas formas de financiamento. "(...) numa crise fiscal destas proporções, a única alternativa para compensar a falta de dinheiro público são recursos privados. Como os obtidos na cobrança de mensalidades a quem pode pagá-las. Um ato de justiça social"[9]

Embora esclareça que os artigos com assinaturas não traduzem a opinião do jornal, a "Folha de São Paulo" publica a opinião de Arnaldo Niskier[10] na qual o presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) sugere a cobrança de uma taxa aos alunos mais ricos que ajudaria "a instituição (UERJ) a sair de seu triste sufoco". Posteriormente, afirma que seria possível oferecer empréstimos com amortizações contingentes à renda

[8] EDITORIAL. **Crise Força o Fim do Injusto Ensino Superior Gratuito**. O Globo, 24 de julho de 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461#ixzz4iWHcb3Aw. Acesso em: 29 de maio de 2017.
[9] EDITORIAL. **Crise na UERJ Reacende Debate sobre Universidade Gratuita**. In: O Globo, 22 de janeiro de 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-na-uerj-reacende-debate-sobre-universidade-gratuita-20806568. Acesso em: 14 de julho de 2017.
[10] NISKIER, Arnaldo. **Ensino Superior Pago?** In: Folha de São Paulo, 19 de junho de 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/06/1893691-ensino-superior-pago.shtml. Acesso em: 14 de julho de 2017.

que seriam diluídas ao longo da vida da pessoa, com prestações definidas de acordo com a sua renda futura e cobrada pelos sistemas de tributação ou de recolhimento de contribuição previdenciária.

Segundo a auditora fiscal e coordenadora do projeto "Auditoria Cidadã da Dívida", Maria Lucia Fattorelli, a dívida pública é uma fraude, um grande esquema sem transparência alguma. "O que a gente consegue descobrir são arranjos. Mecanismos financeiros que vão criando dívida e mecanismos financeiros que vão fazendo a dívida se multiplicar por ela mesma"[11]. Para o filósofo e professor da USP, Vladimir Safatle, um país que leva universidades ao ponto de fechamento, sem causar nenhuma indignação social efetiva, é um país arruinado. Por isso, há de se dizer que o problema da UERJ não é apenas de seus professores e alunos. Ele é a expressão crua do fracasso puro e simples da sociedade brasileira[12].

O que se observa é que a comunicação está no cerne do modelo educacional neoliberalista que está por vir, agindo como agenciador de sentimentos favoráveis ao desmonte da educação pública gratuita no país e à entrada do setor privado como provedor dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros. As retóricas dos jornais são construídas a partir de modalidades discursivas autoritárias que concedem à opinião dos respectivos veículos de comunicação uma mesma relevância para toda a população, projetando como um consenso a noção de que a privatização dos serviços de cidadania prestados pelo Estado seria a solução salvadora para todos os problemas políticos e econômicos instaurados no Brasil. "Não é mais o Estado, e sim o mercado global, que fornece os principais cenários de identidade. Enfraquece-se a ficção histórica da cidadania e emerge a figura do consumidor com novo sujeito social" (SODRÉ, 2012, p 13).

## A Crise da UERJ como Expressão do Fracasso do Projeto de Cidadania

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro é talvez o exemplo mais dramático da situação precária da educação pública brasileira. Fundada em 1950, a UERJ é hoje a 13ª melhor universidade do país, com sete campi e mais de 23.000 alunos [13]. Sua importância no espaço acadêmico brasileiro pode ser atestada pela qualidade da formação superior

[11] Fonte: Associação de Docentes da UERJ – ASDUERJ. Disponível em: https://www.asduerj.org.br/index.php/80-historia-da-associacao/248-maria-lucia-fattorelli-divida. Acesso em: 14 de julho de 2017.
[12] SAFATLE, Vladimir. **O Problema da UERJ é a Expressão Crua do Fracasso da Sociedade do País**. In: Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/01/1851452-o-problema-da-uerj-e-a-expressao-crua-do-fracasso-da-sociedade-do-pais.shtml. Acesso em: 29 de maio de 2017.
[13] Fonte: Ranking Universitário Folha de 2016. Disponível em: http://ruf.folha.uol.com.br/2016/perfil/universidade-do estado-do-rio-de-janeiro-uerj-547.shtml. Acesso em: 14 de julho de 2017.

que oferece, pelo valor da sua produção científica, pelas centenas de projetos de extensão em desenvolvimento, pela promoção da cultura e pelos inúmeros serviços prestados à população. Instituição pública, sua missão se baseia em princípios de igualdade e pluralidade, tendo sido a precursora na implantação do sistema de cotas para ingresso via vestibular[14].

Uma das maiores e mais prestigiadas universidades do país e da América Latina está ameaçada de fechar as portas por falta de repasse de verbas do governo. O primeiro sinal da crise veio no fim de 2015, quando o então reitor Ricardo Vieiralves encerrou mais cedo o período letivo por falta de limpeza e segurança no câmpus. Do orçamento de 1,1 bilhão de reais previsto para 2016, o Estado do Rio repassou para a UERJ 76% do total, ou seja, 767,4 milhões de reais. Em abril de 2017, o governo já tinha atrasado salários e pagamentos a fornecedores. Naquele mês, professores e funcionários não haviam ainda recebido os pagamentos de fevereiro e março e nem o 13º salário de 2016. Atualmente, a UERJ tem 9.361 alunos cotistas, dos quais, cerca de 8.000 recebem bolsas de R$ 450,00, cujos pagamentos também estão suspensos[15].

No dia 24 de março de 2017, o governador Luiz Fernando Pezão ameaçou cortar 30% do salário dos professores caso as aulas não retornassem. De acordo com os "valores-notícias de construção", estabelecidos por Traquina (2008) e Wolf (2003), verifica-se que a notícia veiculada pelo "O Globo"[16] tende a simplificação da notícia. A perspectiva apresentada pelo jornal esvazia a complexidade do conteúdo noticioso, dando ênfase ao governador como fonte primária (citado diretamente logo nos primeiros parágrafos em uma entrevista concedida à Rádio CBN) e hierarquizando as informações de modo que a versão dada pelo governo fosse destacada no título da matéria (cortar o salário dos servidores que não estão trabalhando). Na segunda metade da notícia, ao finalmente dar voz ao vice-presidente da associação dos servidores da UERJ, Paulo Alentejano, o jornal coloca o subtítulo, "Sindicato Ameaça Fazer Greve".

Verifica-se a transferência de responsabilidade do governo para os servidores da universidade pelos alunos estarem sem aulas. De acordo com Paulo Alentejano, a categoria não estaria em greve. As aulas não estariam ocorrendo por decisão da Reitoria

[14] Fonte: http://www.uerj.br/

[15] Fonte: **A Crise da UERJ em 1 Minuto**. In: O Globo, 11 de abril de 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/a-crise-da-uerj-em-um-minuto-21190674. Acesso em: 14 de junho de 2017.

[16] Fonte: **Pezão Defende Corte de Salário de Servidores da UERJ que não Estão Trabalhando**. In: O Globo, 24 de março de 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/pezao-defende-corte-de-salario-de-servidores-da-uerj-que-nao-estao-trabalhando-21109076#ixzz4mophvpfQ. Acesso em: 14 de julho de 2017.

que, em 17 de janeiro de 2017, avaliou não haver condições de funcionamento da UERJ (falta de bandejão, bolsas para cotistas, limpeza, segurança, além de outros fatores). A matéria não abre espaço para a ambiguidade, capaz de fornecer elementos para um debate democrático que pudesse informar o leitor do jornal para que o mesmo formasse a sua própria opinião. Por exemplo, não problematiza que o governo, ao mesmo tempo que não cumpre as obrigações mínimas, exige o retorno das aulas. Além do mais, não questiona a ameaça de cortar 30% dos salários se os professores estariam quase dois meses sem receber salário algum (incluindo o 13º salário do ano anterior). Por outro lado, a "Folha de São Paulo"[17] apresenta uma maior pluralidade em sua cobertura jornalística, apresentando diferentes perspectivas para a notícia e abrindo espaço para o contraditório. O jornal prefere o termo "estado de greve", ao invés de simplesmente mencionar que um grupo de servidores estaria "há cinco meses parado".

Em 10 de abril de 2017, a UERJ retorna às aulas depois de três meses de paralisação. O enfoque apresentado pelo jornal "O Globo" narra as dificuldades enfrentadas pelos servidores sem o pagamento de seus salários em dia e a falta de condições estruturais e administrativas de trabalho. Entretanto, o enquadramento dado ao título da matéria reproduz o processo de retorno às atividades pedagógicas como um sacrifício a ser cumprido somente para "tentar fechar as atividades do ano letivo anterior"[18]. A notícia dramatiza o acontecimento ao apelar para os aspectos financeiros que o governo tem que arcar, em detrimento dos aspectos humanos e das perdas pessoais. Segundo o jornal, a associação de docentes da universidade realizou uma assembleia naquele dia na qual foi decidida em uma votação apertada a manutenção do estado de greve, ou seja, a qualquer momento os servidores poderiam novamente "cruzar os braços".

O enquadramento dado pela "Folha de São Paulo"[19] tende a personalizar a notícia a partir da valorização das personas envolvidas no acontecimento em detrimento das problemáticas. Por um lado, relata os problemas enfrentados por alunos sem o pagamento de bolsas e professores sem seus salários. Por outro, noticia a "persistente luta do governo

[17] Fonte: **Após Ameaça de Pezão, Professores da UERJ Decidem Manter o Estado de Greve.** In: Folha de São Paulo, 28 de março de 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/03/1870384-apos-ameaca-de-pezao-professores-da-uerj-decidem-manter-o-estado-de-greve.shtml. Acesso em: 14 de julho de 2017.

[18] RODRIGUES, Renan. **Retorno às Aulas na UERJ é Marcado por Sacrifícios e Verba Reduzida. In O Globo, 14 de abril de 2017.** Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/retorno-as-aulas-na-uerj-marcado-por-sacrificios-verba-reduzida-21189984. Acesso em: 14 de julho de 2017.

[19] Fonte: **Após Três Meses, UERJ Retoma as Aulas com Protestos e Possibilidade de Greve**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1874372-apos-tres-meses-uerj-retoma-as-aulas-com-protestos-e-possibilidade-de-greve.shtml. Acesso em: 14 de julho de 2017.

estadual pela UERJ" que, apesar das adversidades que aparentemente fogeriam ao seu controle, continua a custear as despesas da universidade (sem mencionar que esse custeio é parte de suas responsabilidades e obrigações).

Em meados de maio de 2016, professores e estudantes protestaram em frente ao Palácio Guanabara contra a precariedade do funcionamento da UERJ. Foi possível identificar pontos convergentes nos discursos dos dois jornais: ambos tenderam a amplificar os acontecimentos, descrevendo os protestos nos títulos de suas matérias como "acampamentos"[20] [21]. Segundo Silva e Jeronymo, quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, quer seja pela amplitude do ato ou por suas consequências. No entanto, os jornais apresentam algumas disparidades em suas linhas editoriais. Por um lado, "O Globo" apela para a dramaticidade e o lado emocional para destacar determinados aspectos da notícia: "cerca de 50 estudantes e professores da UERJ estão acampados no canteiro central da Rua Pinheiro Machado (...) até receber um posicionamento oficial sobre o atraso das bolsas e salários". Enquanto que a "Folha de São Paulo" tende a apresentar uma versão mais global da notícia: "(...) eles protestam contra o sucateamento da universidade, que vem sofrendo com a crise financeira pela qual passa o Estado".

Finalmente, em 06 de julho de 2017, professores da UERJ se reúnem em assembleia e decidem entrar em greve a partir de 1º de agosto (quando começariam as aulas do segundo semestre, equivalente ao primeiro de 2017). O jornal "O Globo"[22] novamente simplifica a notícia ao dar ênfase na decisão dos servidores, isentando o Estado do Rio de Janeiro de uma explicação sobre a caótica situação em que a instituição de ensino se encontra. O veículo de comunicação personaliza a decisão, citando diretamente a presidente da Associação de Docentes da UERJ (Lia Rocha) e o reitor da UERJ (Ruy Garcia Marques). No entanto, nenhum membro do governo foi questionado e cobrado um posicionamento em relação aos pagamentos em atraso.

A cobertura da "Folha de São Paulo" amplia a perspectiva do enquadramento noticioso ao procurar explicar as causas pelas quais os docentes decidiram pela greve,

[20] Fonte: **Professores e Estudantes da UERJ Acampam em Frente ao Palácio Guanabara.** In: O Globo, 16 de junho de 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/professores-estudantes-da-uerj-acampam-em-frente-ao-palacio-guanabara-21349272. Acesso em: 14 de julho de 2017.
[21] Fonte: **Alunos e Professores da UERJ Acampam em Frente ao Palácio Guanabara.** In: Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/05/1884730-alunos-e-professores-da-uerj-acampam-em-frente-ao-palacio-guanabara.shtml. Acesso em: 14 de julho de 2017.
[22] RESENDE, Dayana. **Professores da UERJ Decidem Entrar em Greve em Agosto**. In: O Globo, 06 de julho de 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/professores-da-uerj-decidem-entrar-em-greve-em-agosto-21561510#ixzz4mol8vJVe. Acesso em: 14 de julho de 2017.

assim como a situação macroeconômica pela qual o Estado do Rio de Janeiro tem passado[23]. A notícia é complexificada ao selecionar informações dos dois lados da história, citando tanto a presidente da ASDUERJ ("neste semestre fizemos muito sacrifício para manter o mínimo de serviços, mas a possibilidade de fazermos esse sacrifício se esgotou. A categoria está endividada, não tem mais dinheiro para ir à faculdade") e uma nota do governo que diz reconhecer a importância da UERJ e ter concentrado esforços na busca de soluções para a superação do atual quadro de graves dificuldades enfrentadas pela instituição. Interessante notar que o veículo também revela como a população tem sido diretamente afetada pela crise da universidade ("com capacidade para 512 leitos, o Hospital Universitário Pedro Ernesto anunciou na semana passada que passará a trabalhar com apenas 100, o que deixará pessoas sem atendimento e compromete o estudo dos residentes da universidade").

## Considerações Finais

A partir das análises nos dois jornais, conclui-se que o tratamento noticioso concedido aos eventos que emergem a partir da crise do sistema superior público de ensino brasileiro, mais especificamente da UERJ, aproxima-se de um modelo noticioso hegemônico nos termos trabalhados por Gitlin (2003). Os processos de seleção de fontes, hierarquização de informações e utilização de figuras retóricas utilizados pelos dois jornais tendem a simplificar, dramatizar, personalizar, amplificar e apresentar uma relevância da opinião editorial como um consenso para os diversos grupos sociais. Esses persistentes padrões de enquadramento de mídia funcionariam como mecanismos "para assegurar a manutenção do sistema político e econômico dominante do qual eles mesmos são parte" (SILVA; JERONYMO, 2017, pp. 119-120), revelando um processo de cumplicidade midiática com o capital para a produção de subjetividades neoliberais que favoreçam o processo de privatização do ensino superior público brasileiro.

Embora existam diferenças nos enquadramentos dados às notícias pelos dois jornais, não se pode verificar uma pluralidade nas suas coberturas jornalísticas. O que se nota nas notícias e editoriais analisados pela pesquisa é a demissão do Estado de sua responsabilidade social e a midiatização do fato como adequado para a implantação de políticas neoliberais na educação. O capital transnacional é recebido como o salvador da

[23] Fonte: **Com Salários Atrasados, Professores da UERJ decidem por Greve após as Férias**. In: Folha de São Paulo, 07 de julho de 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/07/1899325-com-salarios-atrasados-professores-da-uerj-decidem-por-greve-apos-as-ferias.shtml. Acesso em: 14 de julho de 2017.

"Ordem e Progresso", tendo o seu carisma aumentado pelos editorias jornalísticos que trabalham para a colonização das subjetividades de uma parcela considerável da população. Ao invés de se pensar em processos de reintegração social através da ampliação do acesso às universidades e de uma "redescrição interpretativa do processo educacional" (SODRÉ, 2012, p 14), procura-se difundir a ideia de que o direito à educação pública gratuita é uma injustiça social.

Conforme afirma o slogan da "Marcha pela UERJ"[24] realizada no Rio de Janeiro no dia 07 de junho de 2017 (que curiosamente não foi noticiada por nenhum dos dois jornais aqui analisados), a situação que impacta a instituição é sintoma de uma crise generalizada do sistema público de ensino brasileiro e do fracasso do exercício da cidadania no país, ou seja, essa situação "não está normal", "não é por acaso" e "tem o que dizer" sobre o descaso por parte do governo estadual no trato com a educação pública e à manutenção da estrutura do Estado de direito.

**Referências Bibliográficas**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1997

GITLIN, Todd. **The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left.** California: University of California Press, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-Estar Comum.** Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação. Diversidade, Descolonização e Redes**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

_____. A Ciência do Comum: Notas para o Método Comunicacional. Petrópolis, RJ, 2014

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística – uma Comunidade Interpretativa Transnacional**, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 8.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

[24] Fonte: https://www.facebook.com/events/1909733375906949/